

REFLEXÕES SOBRE O DIVÓRCIO E O VOTO MATRIMONIAL

*Demóstenes Neves da Silva**

A leitura de Mateus 5:32 e 19:1-12 apresenta, na questão do divórcio e o voto matrimonial, aspectos amplos e complexos que ainda hoje estão sendo debatidos.¹ Conhecer cada vez mais o pensamento das Escrituras e a forma como a igreja tem lidado com o problema é muito importante para que possamos, pelo auto-exame, estar mais próximos do ideal bíblico.

A presente reflexão, dentro dos seus limites, se propõe a ser um incentivo para a continuidade da ação da igreja que busca cada dia seguir os ensinamentos do evangelho.

Passaremos a Mateus em seus dois momentos, já mencionados acima, nos quais se apresenta a exceção para o divórcio e compararemos com a razão em Deuteronômio 24:1-4 em seguida refletiremos sobre o valor dos votos e finalmente veremos algumas referências de Ellen G. White em livros, artigos e cartas que abordam a questão.

Em Mateus poderíamos destacar alguns pontos que diferenciam a posição de Jesus da encontrada em Deuteronômio 24, eis alguns deles:

O Aparente Confronto entre Jesus e Moisés

De início é importante lembrar que Jesus entende Deuteronômio 24 como uma **tolerância**. Moisés não **legalizou** mas **permitiu**, isto é, tolerou uma prática que poderia tornar-se um perigo para a mulher como parte mais fraca, “a medida servia como controle para abusos e excessos.”² A mulher poderia ser grandemente prejudicada por um marido cruel e que não a queria mais como esposa diante de uma sociedade na qual os direitos femininos eram mínimos³. Certamente, como disse alguém, a “tolerância da prática do divórcio enfatiza que ele era um mal em si mesmo, porque o que é inerentemente certo não tem de ser tolerado”⁴ (Mt

* *Demóstenes Neves da Silva*, Mestre em Teologia, é Professor do SALT-IAENE.

¹ “Entretanto, possivelmente a diversidade de conclusões a que se tem chegado deve-se mais às pressões sociológicas, e mesmo a determinados pressupostos teológicos, do que a uma dificuldade real de interpretar adequadamente os textos bíblicos. As tradições eclesiais e sociológicas pesam, às vezes, mais do que a pura exegese da Escritura Sagrada.” Texto da Aliança Evangélica Espanhola sobre o Divórcio e as Igrejas Evangélicas: Jorge E. Maldonado (editor). *Fundamentos Bíblicos-Teológicos do Casamento e da Família* (Viçosa, MG: Ultimato, 1996), 158.

² Donald A. Hagner, “Matthew” em A. Hubbard e Glenn W. Barker (editores). *Word Biblical Commentary* (Dallas: Word Books Publishers, 1995), 33b:548. Doravante *WBC*.

³ Willian Barclay. *El Nuevo Testamento Comentado* (Argentina: La Aurora, 1973), 2:204-205.

⁴ Pode-se dizer que Deuteronômio 24 não fomenta, aprova ou regula o divórcio, simplesmente o tolera. cf Maldonado, 162.

19:8). A seguir vejamos algumas diferenças entre ambos os relatos para que possamos compreender a razão das mesmas.

Diferença na **natureza** do motivo. “Qualquer motivo” do relato bíblico ou “trivial”⁵ contra o motivo sexual de Mateus 19:9. O contexto exige uma diferença de entendimento entre o que foi, isto é, *erwat dabar*, “coisa indecente, tara ou um defeito”⁶, “nudez, algo vergonhoso, desonra” e entre o termo usado por Jesus. Não podia tratar-se de adultério, porque isso devia ser castigado com a morte.⁷ O motivo aceitável agora passava a ser *logos pornéia*, (Mt 5:32) ou *me epi pornéia*. (Mt 19:9), sendo que nessas passagens *pornéia* significaria um “termo genérico que se utiliza para designar as relações sexuais ilícitas.”⁸

Percebe-se uma alusão **quantitativa** no debate. Várias razões que poderiam ser alegadas pelo marido contra apenas uma razão aceita por Jesus. Os fariseus cobravam a validade de “qualquer motivo”, e aqui há uma variada e numerosa relação, enquanto Jesus apresentou apenas um único motivo: “relações sexuais ilícitas”.⁹

Jesus declarou a **transitoriedade** da medida mosaica. Após Jesus, todos deveriam nesta questão do divórcio pautar-se pelo ideal do livro de Gênesis e não mais pela “medida provisória” de Deuteronômio. Para Jesus, Gênesis é o plano original e permanente de Deus, Deuteronômio o plano transitório. Por causa da pecaminosidade do povo Deuteronômio 24:1-4 surgiu como concessão “não normativa mas secundária e temporária”.¹⁰

Jesus confronta **indissolubilidade x separação**. Não é difícil notar dois princípios diferentes: “não o separe o homem” de Jesus contra o “permitiu Moisés dar carta de divórcio”. “O divórcio, portanto, não está de acordo com o desígnio de Deus e deve ser proibido já que ele quebra aquilo que é uma inigualável e santa união.”¹¹

Reserva de autoridade. Somente Deus pode determinar em que casos o divórcio deve ocorrer, pois o que Ele uniu o homem não tem autoridade para separar. Os fariseus apelaram para Deuteronômio 24 “Moisés **mandou** dar carta e repudiá-la” Jesus se opôs com um “não o separe o homem”. Os fariseus pareciam mais interessados, não no divórcio propriamente dito, mas na base ou

⁵ Ellen G. White, *O Maior Discurso de Cristo*, 6ª ed. (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, s/d), 63.

⁶ L. Monloubou e F. M. Du Buit, *Dicionário Bíblico Universal* (Petrópolis: Vozes, 1997), 201.

⁷ F. D. Nichols (ed.), *Comentário Bíblico Adventista del Septimo Dia* (Mountain View, Califórnia: Pacific Press, 1981), 1:1.049; Doravante *CBA*. Veja também A. D. Verhey, “Divorce”, em Geoffrey W. Bromiley (ed.), *The International Standard Bible Encyclopedia* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1979), 1: 975; Doravante *ISBE*.

⁸ *CBA*, 5: 327. Veja também *ISBE*, 1: 977.

⁹ Maldonado, 164.

¹⁰ *WBC*, 33b: 548.

¹¹ *Ibid.*, 33b: 548.

autoridade para justificá-lo.¹² Para Jesus, Gênesis é baseado no poder e autoridade de Deus, Deuteronomio está motivado pela dureza do coração humano. O ideal do Éden é maior do que a **permissão** dada através de Moisés. Agora Deus requer um retorno ao ideal, sua original vontade,¹³ cuja única exceção é a infidelidade sexual. A ordem de Deus e seu ideal são mais fortes do que a dureza dos corações humanos.

Relação errado x certo. Deuteronomio se torna necessário para regulamentar uma atitude errada (dureza de coração)¹⁴ em oposição ao certo (não separe o homem pois são ambos não dois mas uma só carne). É errado alimentar a dureza de coração mas é certo seguir a original vontade de Deus.

Entendimento dos ouvintes. Jesus não alegou, explicitamente, distorção das palavras de Moisés pelos seus interlocutores, os fariseus, pois em nenhum momento há um “você entenderam ou estão aplicando mal o que Moisés escreveu”, mas declarou que a medida em Deuteronomio 24:1-4 era um desvio do plano original por causa da incompreensão humana. Portanto, o alvo de Jesus foi também e especialmente a passagem de Deuteronomio 24:1-4 e não apenas o equívoco interpretativo dos fariseus e discípulos. A reação de surpresa dos discípulos revela, também, a contradição levantada por Jesus ao pensamento e prática correntes sustentados pelo entendimento de Deuteronomio nos seus dias. Eles perceberam que Jesus falava de algo novo e chocante, contrário ao “qualquer motivo” ou ao apelo à autoridade de Moisés.

Divergência. Jesus deixa claro que sua posição difere da Mosaica quando aborda o problema com um “eu porém”. Admitindo-se a equivalência de *logos pornéia* em Mateus 5:32 (adultério, prostituição, relações sexuais ilícitas) com *erwat dabar* em Deuteronomio 24:1 a 4 (coisa indecente ou feia) o motivo da discussão e o seguido espanto dos discípulos perderia seu sentido. Seria forçar Jesus a dizer que no princípio da criação não foi assim e que a medida (separar-se por *erwat dabar*) estava sendo retirada por que fora dada devido à dureza dos corações, porém, a separação seria permitida somente pela mesma coisa *só que em outras palavras* ou idioma (*logos pornéia*). Neste caso, seria como fazer o discurso de Jesus andar em círculos para tentar anular a evidente divergência no texto entre a sua posição e a de Deuteronomio. Ou, como diria R. N. Champlin, colocar Jesus do lado dos seus inimigos.¹⁵ Há aqui uma antítese entre Jesus e Deuteronomio 24:1-4. “Esta é uma antítese que deve ser lida no contexto de [Mateus] 19:3-12.”¹⁶ Notamos, pois, a divergência nessa questão do divórcio e o

¹² *Ibid.*, 33b: 547.

¹³ *Ibid.*, 33b: 548-549.

¹⁴ George Arthur Buttrick (ed.), *The Interpreter's Bible* (Nashville: Abingdon, 1952). 7: 478-480.

¹⁵ Russel Norman Champlin, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo* (São Paulo: Candeia, s/d), 1: 481.

¹⁶ *WBC*, 33a: 122-123, 125.

novo casamento ao refletirmos sobre as declarações de Mateus e Deuteronômio: diferenças nos motivos (qualquer razão x adultério); nas fontes (Gn x Dt); nas origens (Éden antes da queda x Israel após a queda); na qualidade da norma (mandamento x permissão) e na motivação (plano original de Deus x dureza do coração humano).¹⁷ A tentativa de igualar os motivos para o divórcio encontrados em Deuteronômio (24) e Mateus (5, 19) enfrenta dificuldades simplesmente porque “a passagem e seu contexto no Velho Testamento não apóiam essa tese.”¹⁸

Inconveniência x entrega. Finalmente, o que parecia não convir aos discípulos – permanecer casado com alguém que “por qualquer motivo” não era mais interessante ou suportável – encontrou resposta na dádiva de Deus que une o casal e habilita também aqueles que optam pela vida de solteiros. Somente entregando-se à autoridade e poder de Deus os seres humanos recebem a capacidade para permanecer unidos ou sozinhos acima da natural vontade e dureza do coração humano. “Pela graça de Deus podeis ter êxito em vos fazerdes felizes, como prometestes no voto matrimonial.”¹⁹

A Relação *Pornéia* versus *Aschemon*.

Na Bíblia, como já vimos, encontramos duas fontes principais nas quais podemos verificar a razão ou razões para a anulação do voto matrimonial, divórcio e novo casamento. Em Mateus, em dois lugares: no Sermão do Monte, *logos pornéia* (5:32), e na disputa de Jesus acerca do divórcio com os fariseus, *me epi pornéia* (19:9); e em Deuteronômio: *erwat dabar* no texto em hebraico ou *aschemon pragma* na tradução do hebraico para o grego, cerca do século III a. C., feita pelos Setenta (LXX), e que se tornou o Antigo Testamento da igreja primitiva.²⁰ Considerando as dezenas de passagens citadas literalmente da Septuaginta pelos escritores do NT, fora as menções e idéias próprias dessa fonte, e ainda, que a porção da LXX mais bem traduzida foi o Pentateuco²¹ é de, pelo menos, se estranhar que o escritor do evangelho de Mateus, ao citar Moisés no discurso de Jesus não tenha usado *aschemon*, tendo preferido *pornéia*.

Uma vez que a tradução grega do Antigo Testamento, a LXX (Dt 24:1-4), traz *aschemon pragma* (algo indecoroso), traduzindo *erwat dabar* (coisa indecente ou feia) do texto hebraico, convém destacar brevemente algumas diferenças entre os usos das duas expressões.

¹⁷ *Ibid.*, 33b: 548-549.

¹⁸ Maldonado, 163.

¹⁹ Ellen G. White, *O Lar adventista*, 3ª ed. (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1973), 118.

²⁰ Russel Norman Champlin, *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia* (Cidade Dutra, SP: Candeia, 1995), 6: 206.

²¹ *Ibid.*

A preferência do Pentateuco. Primeiro devemos lembrar que há, no Pentateuco da LXX, uma preferência para a palavra *pornéia* e não *aschemon* ao tratar das questões sexuais²². Por exemplo, em Levítico 17:7, a tradução é *ekporneuosin* (se prostituem) referindo-se aos sacrifícios aos demônios. Evidentemente aqui se trata de prostituição espiritual. Em 19:29-30 aparece *ekpornéusai* (não prostituíras) e refere-se às filhas de Israel e à contaminação da terra. Em 20:5-6, é *ekpornéusai* (prostituindo-se); o mesmo em 21:9.²³

O livro de Deuterônimo, no qual se encontra o registro acerca do divórcio, também demonstra preferir a mesma palavra para as questões sexuais como vemos em Deuterônimo 22:21, no qual *ekpornéusai* é usada para o ato de prostituir-se (na casa de seu pai) e refere-se à fornicação escondida e omitida ao marido. Em 23:17-18, *ekpornéusai* também é usada em relação à prostituição de uma filha e da terra e *pornéououn* refere-se a quem promove a prostituição. Em 31:16, *ekpornéusei* se emprega no contexto do povo que “se prostituiria após os deuses da terra”.²⁴

A preferência de Mateus. Por outro lado, em Mt 19, na discussão com Jesus, os judeus deixaram claro como entendiam a base do divórcio, isto é, como sendo por “qualquer motivo”. O Salvador não sancionou a proposta, nem citou o *aschemon* da LXX (mesmo tendo sido esta a tradução da Bíblia hebraica para o grego amplamente usada já nos dias dos apóstolos, inclusive pelos próprios apóstolos), mas usou outra palavra (*pornéia*) que, no Pentateuco da LXX, e especialmente no próprio livro de Deuterônimo, é usada para descrever atividades sexuais ilícitas. Diante do fato de o NT ter sido escrito em grego (e provavelmente também as cópias de Mateus), é interessante perceber que, neste evangelho, não houve preferência por *aschemon* para a cláusula de exceção, o que seria uma oportunidade de demonstrar via LXX a ligação entre Deuterônimo 24:1-4 e Mateus 5:32 e depois 19:9. Se Jesus estava citando Deuterônimo 24, por que o evangelista não usou a clássica e conhecida tradução do AT, a LXX? Por que escolheu uma palavra diferente e com enfoque voltado para o sexo ilícito se é que, como querem alguns, queria repetir Deuterônimo 24? Aparentemente há um enfoque de sexo ilícito mais forte em *pornéia* do que em *aschemon*. Por exemplo, *aschemon* significa “indecoroso, inconveniente, indecente”; *aschemonéuo* “comportar-se de maneira inconveniente ou indecorosa, I Co. 13:5; comportar-se de maneira censurável, I Co 7:36. *Aschemosyne* quer dizer “sensualidade, nudez”. Por outro lado, *pornéia* significa “fornicação, prostituição, concubinato, adultério, incesto, lascívia e impureza”

²² Friedrich Hauck e Siegfried Schulz, “Pornéia” em Gerhard Kittel (ed.), *Theological Dictionary of the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1964), 6:584.

²³ *The Septuaginta Version with apocriphal and English* (Londres: Zondervan, 1977).

²⁴ *Ibid.*

tanto literalmente como referindo-se à idolatria.²⁵ O etimologista Chantraine enumera os diversos derivados de *pornéia*: *pornéion*, “bordel”; *porneiosyne*, “prostituição”; *pornéuomai*, “prostituir-se”; *ekpornéuo*, “fornicar” ou “praticar idolatria”(LXX).²⁶ É bom lembrar que a fórmula *logos pornéia* de Mt. 5:32 “talvez”²⁷ seja modelada linguisticamente na fórmula hebraica de Deuteronômio 24:1. Se um homem podia tomar uma antipatia sexual para com sua esposa como justificativa para não mais viver com ela, então *erwat dabar* “não está especificando a base legal para o divórcio” e nem necessitava de “causa existente”, bastava apenas que o marido estivesse “desapontado após o casamento devido a uma antipatia sexual pela esposa.”²⁸ Não seria essa subjetividade, presente na expressão hebraica, que passou para a LXX e que Jesus quis desfazer? Já nos dias de Jesus, para a escola de Hillel, que dava ênfase na palavra *dabar*, queimar o alimento seria um bom motivo, entre outros, enquanto para Shammai, que dava ênfase em *erwat*, apenas o que era moralmente objetável seria causa para o divórcio. De qualquer forma, para os leitores judeus, segundo Mateus 5:32 e 19:9, somente seria possível uma eventual separação em caso de “infidelidade” pela esposa, ou seja: “Em ambos os versos *pornéia* refere-se a intercurso extramarital por parte da esposa, o qual, na prática, é adultério”.²⁹ Mesmo considerando o **talvez** relativo à semelhança entre Mateus 5:32 e Deuteronômio 24, restaria Mateus 19:9 com *me epi pornéia* a qual não ficaria tão perto da “estruturação linguística” de *logos pornéia* de Mateus 5:32. Por outro lado, a cláusula de exceção de Jesus, pelo contexto da discussão com os fariseus (*pornéia*), baseia-se numa razão muito diferente da popular abordagem judaica da escola de Hillel (qualquer motivo) e daquela apresentada em Deuteronômio (*aschemon*). Ou seja, um homem não pode divorciar-se de sua esposa pelo fato de ela ter causado um escândalo ou ter dado mau testemunho, ou vestir-se indecentemente e nem pelo fato de ele ter perdido a atração sexual pela esposa, mas exclusivamente se ela o trair com outro ou lhe for infiel sexualmente de alguma maneira (*pornéia*). Até aqui, portanto, podemos concluir que, pelas nuances das palavras em questão e no contexto de Mateus e o de Deuteronômio, dificilmente *logos pornéia* poderia ser uma tradução literal de *erwat dabar*.³⁰

Nuanças entre os termos. Embora, como já foi dito, *pornéia* seja usada especialmente para perversões sexuais ou sexo ilícito em geral, *aschemon* é

²⁵ Moulton, *The Analytical Greek Lexicon* (Grands Rapids, Michigan: Zondervan, 1977), 58, 337.

²⁶ Pierre Chantraine, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque: Histoire des Mots* (Paris: Klincksieck, 1984), 3-4: 888.

²⁷ Kittel, 6: 591: Nota de rodapé 72. Particularmente, acredito que **talvez ser** é o mesmo que **talvez**

²⁸ *Ibid.*

²⁹ Kittel, 6: 591, 592.

³⁰ Robert M. Johnston, *O Ministério Adventista* (maio/junho, 1995), 24. A posição de Johnston de que *logos pornéia* “poderia muito bem ser uma tradução literal” de *erwat dabar*, parece, a meu ver, não se harmonizar com o contexto de Deuteronômio/Mateus.

usada para matéria fecal, sujeira (*aschemosyne*), considerada como coisa indecente (Dt 23:13-14); para o aviltamento (*aschemonéo*) daquele que era chicoteado (Dt 25:3); para a constrangedora nudez (*aschemosyne*) que poderia estar exposta ao subir o sacerdote os degraus do altar (Êx 28:38); para o corpo de um homem (*aschemosyne*), cuja roupa foi tomada como penhor (Êx 22:27); também para o desatino ou loucura (*achemon*) referindo-se à afronta sexual (Gn 34:7); para nudez no sentido de relações sexuais proibidas como é repetida em Levítico 18. No NT é usada no sentido de falta de decoro (*aschemon*) em relação às partes íntimas mas sem conotação de desvio sexual (1Co 12:23) e em relação ao trato às filhas em idade de casamento (7:36); comportamento inconveniente ou inadequado (*aschemonei*), em 1Co 13:5; torpeza, (*aschemosyne*), referindo-se à prática homossexual (Rm 1:27); nudez espiritual (*aschemosyne*), em Ap 16:15.

Pornéia, portanto, refere-se mais às práticas sexuais em geral e *aschemon*, embora também possa referir-se às questões sexuais, abrange aspectos não cobertos ordinariamente por *pornéia* como sujeira, escândalo, falta de decoro e comportamento inconveniente. Se assim é, a motivação para o divórcio poderia ser grandemente ampliada ou limitada, a depender do uso de uma das duas palavras em questão.

Os Votos e o Concerto no Casamento

Os votos podem ser explícitos ou implícitos. Duas pessoas que estão unidas como um casal estão implicitamente sob as responsabilidades dessa união que os tornou uma só carne e que requer os cuidados e zelos naturais que se tem com o próprio corpo (Ef 5:28-31). Não será a ausência da elaboração formal de um determinado voto pela igreja, e sua enunciação numa eventual cerimônia religiosa, que tornará o casamento ilegítimo diante de Deus, ainda que o cristão buscará, em todos os aspectos, estar em harmonia com o Senhor e Sua igreja para abençoar tão sublime e desafiadora união.³¹ A união dos cônjuges implica nos compromissos a ela inerentes quer eles digam isso ou não. Você não precisa ser "avisado" de suas necessidades de alimento e sustento. O corpo requer isso como a coisa mais natural. E, se você não cuidar de "sua própria carne", você mesmo sofrerá, haja ou não promessas formais. Por isso, os compromissos implícitos ou explícitos são igualmente válidos e importantes, mas a ausência dos últimos não anula os primeiros. Deixar pai e mãe e apegar-se à sua mulher (Gn 2:24) são dois passos que basicamente configuram "a lei do matrimônio para todo filho de Adão até ao fim do tempo."³²

Paulo sugere (1Co 6:16ss) que a união sexual torna o homem e a mulher

³¹ Maldonado, 94.

³² White, *O Maior Discurso de Cristo*, 63.

uma só carne, mesmo na relação com uma meretriz!³³ Tal união fortuita e/ou baseada no prazer sexual por dinheiro, não fazendo parte do plano de união vitalícia apresentado por Deus, torna-se um pecado contra o próprio corpo, pois o ato sexual estava circunscrito ao enlace conjugal, uma união estável de mútuo compromisso.³⁴

Considerando a inter-relação com outros aspectos da vida religiosa, seria bom lembrar o valor dos votos nas Escrituras, que são apresentados ao lado de juramentos e promessas como algo muito sério.

A Bíblia apresenta os votos religiosos em geral como tendo peso e valor sagrados. Muitos casos são dramáticos (como o polêmico voto de Jefté, Jz 11:30ss, ou o de Ananias e Safira que se propuseram dar à igreja algo e fizeram diferente, At 5:1-11). A Bíblia lembra que é melhor não votar do que votar e não cumprir, e que aquele que jurou, mesmo com dano seu, não deve voltar atrás³⁵. Ellen G. White apresenta uma abordagem semelhante.³⁶ Até mesmo, falando dos pactos financeiros feitos para a obra de Deus, declara que racionalizações de o voto ter sido precipitado ou exagerado não isenta o adorador de cumprir o voto perante Deus. Ademais adverte que o ministro não está autorizado, sob pena de ser participante do erro, a liberar o adorador de compromissos com a Obra de Deus.³⁷ O voto batismal é sagrado e Deus espera que sejamos fiéis até à morte. As conseqüências de obedecê-lo ou não são óbvias! Como os rabinos no passado ensinavam à procurar um doutor da lei para, se possível, escapar de um voto difícil de cumprir, talvez um retomada da seriedade dos votos, como apresentada na Bíblia seja útil para não haver iniciativas que tentem anular ou atenuar nossos compromissos com Deus e nossos semelhantes.³⁸

Não menos sagrado e vitalício é o voto matrimonial. Este voto, especificamente, é alvo da observação de Malaquias 2:14. Nessa passagem, a palavra hebraica *berith* assume o sentido de “uma aliança, acordo, ou obrigação entre indivíduos (amigos, cônjuges) ou grupos; governante e súdito; divindade e indivíduo ou povo, etc.”³⁹ Apesar das dificuldades que envolvem as passagens de Malaquias 2:13-16, fica suficientemente claro que a razão para Deus não aceitar os sacrifícios e preces do seu povo é porque os homens não foram leais ao pacto (*berith*) com suas esposas e delas se estavam divorciando. Malaquias enfrentava

³³ WBC, 33b: 548. Cf. Maldonado, *Op.cit.*, 93, 105.

³⁴ “O Novo Testamento é caracterizado por um repúdio incondicional a toda relação extraconjugal e anti-natural” (Kittel, 6:590).

³⁵ Sl 15:4; Nm 30:1; Ee 5:4-6; Sl 66:13-14; 76:11; Pv 20:25; Dt 23:21-23.

³⁶ Ellen G. White, *Testemunhos Seletos* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1954), 1:541-553.

³⁷ *Ibid.*, 553.

³⁸ Hugo Schlessinger, *Pequeno Vocabulário do Judaísmo* (São Paulo: Paulinas, 1987), 278.

³⁹ David J.A. Clines (editor), *The Dictionary of Classical Hebrew* (Sheffield: Sheffield Academic Press, s/data) 2:264, 266. Veja também *ISBE*, 3:572-575.

os mesmos problemas na área do divórcio e casamento misto que Neemias e Esdras, que viveram aproximadamente na mesma época.⁴⁰ Apesar das propostas voltadas para uma interpretação figurada, o concerto, no contexto do matrimônio, é facilmente percebido pelas referências em Oséias 1-2, Ezequiel 16 e Provérbios 2:17, passagens que se referem todas “ao casamento como tipo de concerto”. E muitos eruditos “ênfatizam o uso da figura masculina e feminina para descrever o relacionamento de concerto entre Deus e seu povo.”⁴¹

Como Jesus, Malaquias retorna à criação do mundo quando Deus fez dos dois “um” só ser como está em Gênesis 2:18-24. De fato, Malaquias 2:14-16 “não parece basear-se em Deuterônimo 24 mas retorna a Gênesis 1-2 e é o precursor do ensino de Jesus em Mateus 5:31-32 e 19:4-9.”⁴²

Como os votos matrimoniais de hoje os concertos do antigo oriente, para acordos políticos e casamentos, têm semelhanças em sua formulação com “descrições de normas de futuro comportamento”, tanto na forma oral quanto na escrita. Deus aparece nos concertos bíblicos como uma das partes envolvidas. Em Malaquias 2:14 Deus é a “testemunha” do acordo de casamento no qual estão explícitas as obrigações e as maldições em caso de violação do voto matrimonial.

Violação do Voto Matrimonial e Divórcio em Ellen White

(1871 a 1907)

Destacamos em Ellen G. White quatro tipos básicos de referências à violação do voto, e/ou motivos válidos ou não para separação e novo casamento, como segue:

Casos que não devem ser alegados nem para separação e nem para novo casamento

(a) “se a esposa é incrédula e opositora, o marido não pode, em face da lei de Deus, abandoná-la só por isso.” (1888).⁴³

(b) Gênios incompatíveis são aconselhados a mudar a disposição (1901).⁴⁴

(c) Mesmo casamentos assumidos antes da conversão exigem lealdade e, após, o convertido coloca-se “sob uma obrigação maior de ser fiel ao consorte, por mais que difiram com respeito à fé.” Deve-se ser fiel a Deus mesmo que provas e perseguição sejam o resultado, buscando com amor e mansidão ganhar o descrente (1890).⁴⁵

⁴⁰ WBC, 32: 320-325.

⁴¹ *Ibid.*, 32: 323.

⁴² *Ibid.*, 32: 324-325.

⁴³ *Ibid.*, 344.

⁴⁴ *Ibid.*, 345.

⁴⁵ White, *Patriarcas e Profetas*, 4ª ed. (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1976), 172.

Casos em que pode ou não haver separação mas sem direito a novo casamento

Esses são casos de separação sem direito a novo casamento motivados por:

- (a) abandono por determinação de uma das partes (1888)⁴⁶;
- (b) falta de autocontrole e de acordo entre o casal (1902)⁴⁷;
- (c) maus tratos e ditadura que impedem a convivência (1907)⁴⁸;

Violação do voto sem direito a separação e sem novo casamento

Notemos que nessas referências é mencionado o voto de forma explícita:

- (a) quando o marido não “ama, honra e estima” a esposa:

“Deixe sua esposa ser amada, honrada e estimada, em cumprimento ao voto matrimonial” (1885).⁴⁹ “A esposa deve respeitar e acatar o marido, e este deve amar sua esposa e tratá-la com carinho.” (1885).⁵⁰

- (b) não cuidando da saúde da esposa e sobrecarregando-a com muitos filhos:

“O marido viola o voto matrimonial e os deveres impostos sobre ele na palavra de Deus, quando ele descuida da saúde e felicidade da esposa aumentando seus fardos e cuidados pela numerosa prole.” (1870).⁵¹

- (c) através de pensamentos, palavras e ações:

“Sede tão firmes aos votos matrimoniais como o aço, recusando-vos, por pensamentos, palavras e ação, a manchar vosso registro, como um homem que teme a Deus e guarda os seus mandamentos.” (carta 1903).⁵²

“Quão cuidadoso deve ser o esposo e pai a fim de manter sua lealdade a seu voto matrimonial! Quão circunspecto de caráter deve ser, se não quiser pôr o pensamento em jovens e mesmo em mulheres casadas, o que não está em harmonia com a alta e santa norma – os mandamentos de Deus!” (1889)⁵³

- (d) quando um cônjuge fracassa em tornar o outro feliz:

“Lembraí, caro irmão e irmã, que Deus é amor e que pela Sua graça conseguireis fazer-vos mutuamente felizes, como prometestes em vosso voto matrimonial” (1875).⁵⁴

- (e) quando um cônjuge deixa de praticar os atos de bondade que prometeu:

“Ele tem deixado de praticar atos de bondade e cortesia devidos a sua esposa, que diante de Deus e dos anjos ele prometeu amar, respeitar e honrar

⁴⁶ *Ibid.*, 344.

⁴⁷ *Ibid.*, 342-343.

⁴⁸ *Ibid.*, 343.

⁴⁹ Ellen G. White, *Testimonies for the Church* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1948) 2: 416.

⁵⁰ White, *O Lar Adventista*, 3ª ed. (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1973), 103.

⁵¹ White, *A Solemn Appeal*, 111.

⁵² *Ibid.*, 104.

⁵³ *Ibid.*, 226.

⁵⁴ *Ibid.*, 112.

enquanto ambos vivessem.” (1885)⁵⁵

(f) quando há confidências familiares e queixas da esposa a outro homem:

Se uma mulher relata a outro homem suas dificuldades de família, ou se queixa do esposo, ela transgride seus votos matrimoniais, desonra seu esposo e derriba o muro erguido para preservar a santidade da ligação matrimonial; abre de par em par a porta e convida Satanás a entrar com suas tentações insidiosas (1868 a 1871).⁵⁶

(g) quando há desunião entre os cônjuges:

“...unindo-se nos votos matrimoniais como um só ser...” (1899).⁵⁷

Apesar de estar em débito com o desejo de Deus para seus filhos, certamente seria um absurdo e até uma negação da coerência bíblica e das citações acima, mesmo um desrespeito aos seus limites, entender que alguém poderia considerar seu casamento como nulo e divorciar-se pelo fato de o marido revelar maus pensamentos, gerar muitos filhos de modo a ser uma carga para a esposa, porque a esposa queixou-se a algum outro homem do seu marido ou, entre outras coisas, porque ele não tem sido suficientemente cortês. Em geral trata-se de orientações para o crescimento espiritual e conjugal dos consortes sem referências a novo casamento.

Todas as situações acima, apesar de acompanhadas de palavras de conforto e orientação, não trazem nenhuma referência ao direito de contrair novas núpcias como ocorre nas referências seguintes:

Violação do voto com direito a novo casamento

“No Sermão do Monte, Jesus declarou plenamente que não podia haver dissolução do laço matrimonial a não ser **por infidelidade do voto conjugal**. ‘Qualquer’, disse Ele, ‘que repudiar sua mulher, a não ser **por causa de prostituição**, faz que ele cometa adultério, e qualquer que casar com a repudiada comete adultério’ (Mt 5:32 e 19:3),” (1896).⁵⁸

Aconselhando alguém que pensava em divorciar-se, Ellen White declara:

“Vossas idéias com respeito à relação matrimonial têm sido errôneas. Nada senão a violação do leito matrimonial pode quebrar ou anular o voto matrimonial.” (1888)⁵⁹

“Deus reconhece **apenas um motivo** pelo qual a esposa pode deixar o

⁵⁵ *Ibid.*, 337.

⁵⁶ *Ibid.*, 338.

⁵⁷ *Ibid.*, 114.

⁵⁸ White, *O Maior Discurso de Cristo*, 63 (grifos supridos). Parece claro que a expressão “por infidelidade do voto conjugal” é explicada a seguir pela citação de Mateus 5:32 e 19:3 “por causa de prostituição” como expressão equivalente (*pornéia* = prostituição), não cabendo especulação sobre a sua amplitude.

⁵⁹ White, *O Lar Adventista*, 341.

marido ou o marido a esposa: o **adultério**. Seja esta questão cuidadosamente considerada.”⁶⁰ (1888).

Só há um pecado, o adultério, que pode pôr o esposo e a esposa em posição de sentirem-se livres do voto matrimonial à vista de Deus. Embora as leis do país possam permitir o divórcio, à luz da Bíblia continuam como marido e esposa, segundo as leis de Deus. Vi que a irmã por ora, não tem direito de desposar outro homem; mas se ela, ou qualquer outra mulher, obtiver um divórcio legal na base de adultério por parte do marido, então estará livre para casar com quem quiser. (1863)⁶¹

“Eu diria que só há uma razão pela qual o marido pode legitimamente separar-se de sua esposa ou a esposa de seu marido: o adultério.” (1903)⁶²

Numa matéria publicada na *Review and Herald* de 24 de março de 1868, é dada resposta a uma consulta feita por uma irmã cujo marido fora apanhado em pecado, tendo quebrado o voto matrimonial, violando o sétimo mandamento. O conselho é que se a parte ofendida quer perdoar e/ou continuar vivendo com a parte culpada mesmo que esta não esteja arrependida, não há nenhum texto escriturístico que diga que a parte inocente se torna culpada por não se separar.⁶³

Conclusão

Ellen G. White é historicamente coerente em sua posição, considerando apenas a infidelidade sexual como motivo para novo casamento. Em seus escritos fica claro que esse único motivo é o apresentado pela Bíblia. O direito a novo casamento, pelo que vimos, parece que não poderia ser obtido por transgressão de qualquer parte do voto seja por “violência, frieza ou abandono do leito matrimonial”⁶⁴, por exemplo, salvo por infidelidade sexual de um dos cônjuges,

Seu conceito de “transgressão do voto”, embora amplo, restringe o novo casamento apenas à deslealdade sexual. Parece que essa quebra do voto que daria direito a um novo casamento, do ponto de vista prático, seria o fato confirmado de que o marido ou a esposa estaria tendo relações sexuais fora do círculo conjugal e aí estaria incluído todo tipo de desvio ou perversão da sexualidade. Naturalmente que na igreja, o pastor, a comunidade e o campo local são as instâncias mais próximas e responsáveis para tratar com atenção individual, e no temor de Deus, cada caso devido à complexidade desse tipo de problema. Relacionamentos difíceis são remetidos a uma mudança de atitude para com o

⁶⁰ *Ibid.*, 342. (grifos supridos)

⁶¹ *Ibid.*, 344.

⁶² *Ibid.*, 344.

⁶³ *Ibid.*, 346-347. Artigo assinado, segundo nota dos compiladores, por Tiago e Ellen G. White.

⁶⁴ Johnston, 24. O autor pergunta aqui se essa hipótese não seria possível.